

INDICADORES DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: PERCEPÇÃO DE DIRIGENTES E INTEGRANTES DAS CPA

INDICATORS OF INSTITUTIONAL EVALUATION: PERCEPTION OF CPA OFFICERS AND MEMBERS

INDICADORES DE LA EVALUACIÓN INSTITUCIONAL: PERCEPCIÓN DE DIRIGENTES E INTEGRANTES DE LAS CPA

Thiago Coelho Soares

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Professor titular da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)
Endereço: UNISUL, Av. Pedra Branca, n. 25, Cidade Universitária Pedra Branca, CEP: 88132-000.
Palhoça, SC, Brasil
Telefone: (48) 3279-1000
E-mail: thiago.soares@unisul.br

Gisele Mazon

Doutora em Administração e Turismo pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)
Analista acadêmica da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)
Endereço: UNISUL, Av. Pedra Branca, n. 25, Cidade Universitária Pedra Branca, CEP: 88132-000.
Palhoça, SC, Brasil
Telefone: (48) 3279-1000
E-mail: gisele.mazon@unisul.br

João Coelho Soares

Mestrando em Administração pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)
Assistente acadêmico da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)
Endereço: UNISUL, Av. Pedra Branca, n. 25, Cidade Universitária Pedra Branca, CEP: 88132-000.
Palhoça, SC, Brasil
Telefone: (48) 3279-1000
E-mail: joao.soares@unisul.br

Artigo recebido em 24/09/2017. Revisado por pares em 19/11/2017. Reformulado em 02/12/2017. Recomendado para publicação em 10/12/2017. Publicado em 30/12/2017. Avaliado pelo Sistema *double blind review*.



RESUMO

O objetivo desta pesquisa consiste em comparar a percepção de dirigentes e integrantes das Comissões Própria de Avaliação (CPA) acerca dos indicadores da avaliação institucional. Para isto elencou-se, a partir da teoria, indicadores de avaliação de desempenho aplicados em Instituições de Ensino Superior (IES). Posteriormente elaboraram-se testes estatísticos para comparar a percepção dos dirigentes e dos integrantes das CPA. Primeiramente, destaca-se que a representatividade dos integrantes da CPA como representante da instituição no e-MEC é de sete por cento. Posteriormente, dos indicadores estudados nesta pesquisa, três possuíram diferença estatística na percepção dos dois grupos, gestores e representantes da comissão.

Palavras-chave: Avaliação Institucional; Indicadores de Desempenho; Comissão Própria de Avaliação; *Survey*; Desempenho Organizacional.

ABSTRACT

The objective of this research consists of a perception of managers and members of the Evaluation Committees (CPA in Portuguese acronym) about the indicators of the institutional evaluation. Thereunto, performance evaluation indicators were applied in Higher Education Institutions (HEIs), from the theory. Subsequently, statistical tests were carried out to compare the perception of the managers and members of the CPAs. Firstly, it should be noted that a representative of the members of the CPA as a representative of the non-e-MEC institution is 7%. Subsequently, from the indicators studied in the research, three had a statistical difference in the perception of the two groups, managers and representatives of the commission.

Keywords: Institutional Evaluation; Performance Indicators; Evaluation Committee; Survey; Performance Organization.

RESUMEN

El objetivo de esta investigación consiste en una percepción de dirigentes e integrantes de las Comisiones Propias de Evaluación (CPA) cerca de los indicadores de la evaluación institucional. Para ello, indicadores de evaluación de desempeño fueron aplicados en las Instituciones de Enseñanza Superior (IES). Posteriormente se elaboraron pruebas estadísticas para comparar la percepción de los dirigentes e integrantes de las CPAs. En primer lugar, se destaca que una representatividad de los integrantes de la CPA como representante de la institución no e-MEC es del 7%. Posteriormente, de los indicadores estudiados en la investigación, tres poseían diferencia estadística en la percepción de los dos grupos, gestores y representantes de la comisión.

Palabras clave: Evaluación Institucional; Indicadores de Desempeño; Comisión Propuesta de Evaluación; *Survey*; Desempeño Organizacional.

1 INTRODUÇÃO

O modelo brasileiro de avaliação institucional tem origem com a criação, em 1993, do PAIUB (Programa de Avaliação Institucional nas Universidades Brasileiras). De acordo com Polidori *et al.* (2006, p. 427), o programa “caracterizou-se como uma resposta ao movimento realizado pelas universidades públicas brasileiras, referente ao desafio de implantar um sistema de avaliação institucional que fosse centrado na graduação”. O PAIUB refletia a necessidade de avaliação formativa das universidades, realizada a partir de suas especificidades para assegurar oportunidades de melhoria na qualidade institucional.

A Lei 10.861 de 2004 (BRASIL, 2004a), atualmente em vigor para avaliação de Instituições de Ensino Superior (IES), assegura que a avaliação das instituições deverá utilizar procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais a autoavaliação e a avaliação externa *in loco*.

A avaliação terá por objetivo identificar perfil e o significado da atuação das instituições, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as suas diferentes dimensões, dentre elas obrigatoriamente as seguintes: (a) a missão e o plano de desenvolvimento institucional; (b) a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades; (c) a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural; (d) a comunicação com a sociedade; (e) as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho; (f) organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios; (g) infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação; (h) planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional; (i) políticas de atendimento aos estudantes; e (j)

sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da Educação Superior (BRASIL, 2004a).

Apesar de trazer análises interessantes para uma IES, estes indicadores de avaliação institucional podem trazer efeitos colaterais (SÁ, 2009), não garantir qualidade (MOROSINI, 2001; SÁ, 2009) ou melhoria (AZEVEDO, 2007; SÁ, 2009), levar a uma ritualização da avaliação, visando ao estrito cumprimento da Lei (RIBEIRO, 2011), e falta de competitividade da instituição. Assim, é preciso avançar nesta discussão, sendo prudente analisar os elementos estruturais do sistema de produção que primam pela competitividade.

Soares e Mazon (2016), ao estudarem a autoavaliação e seus indicadores de mudança institucional baseado na capacidade absorptiva, apresentaram um navegador com trinta e um indicadores divididos em sete áreas, sendo indicadores financeiros; de cliente; de processos; de renovação e desenvolvimento; indicadores humanos; capital intelectual; e eficiência do capital intelectual. Já Nuernberg *et al.* (2016), ao analisarem a literatura acerca de avaliação de desempenho em universidades, observaram que existe um total de 354 indicadores agrupados em quatro dimensões. Destes, 83% mensuram aspectos não financeiros, e a dimensão Gestão concentra 42% dos indicadores, predominando aspectos financeiros. A dimensão Ensino concentra 33% dos indicadores, sendo a maioria dos aspectos não financeiros. A dimensão Extensão é representada por poucos indicadores, e a maioria dos indicadores da Pesquisa envolve a mensuração da divulgação da pesquisa.

Após considerar a problemática envolvida, a presente pesquisa pretende estudar a avaliação institucional, tendo como objetivo *comparar a percepção de dirigentes e integrantes das CPA acerca dos indicadores da avaliação institucional*.

A justificativa para tal estudo baseia-se no trabalho de Augusto e Balzan (2007), que ressaltam que o processo e a forma de constituição das CPA afetam sua função frente à comunidade acadêmica, uma vez que seus integrantes normalmente são nomeados pelos dirigentes máximos das respectivas IES, fazendo, assim, com que sua composição não seja entendida pelos envolvidos como *legítima*, em muitos casos. Em decorrência desse processo, há um agravamento ainda maior na falta de comprometimento, consciência e motivação na IES.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Universidade é, conforme Melo (2002), uma das instituições mais importantes da sociedade, porque se considera a competição das economias globalizadas e o processo de inovação e mudanças contínuas nas organizações. Assim, insere-se na discussão das funções universitárias uma corrente em que o processo econômico e social dos países depende, invariavelmente, da ação direta desse tipo de instituição, destacando-se como um valioso patrimônio no exercício de suas funções de ensino, pesquisa e extensão. Conforme Amarante, Crubellate e Meyer Jr (2017), uma administração improvisada e amadora, calcada no bom senso e nas experiências passadas não faz mais frente aos desafios impostos pelo novo contexto do ambiente externo das instituições universitárias, pela expansão do Ensino Superior brasileiro, pelo crescimento e complexidade atualmente alcançados por estas instituições, pela intensa competição existente em muitos setores do sistema, e pela necessidade de repensar a instituição e seu desenvolvimento ordenado para o futuro desejado. Assim, a complexidade destas instituições exige um novo tipo de administrador, que seja mais racional, privilegiando critérios de eficiência e eficácia organizacional, além da leveza da estrutura organizacional, da produtividade, da competitividade, sempre, sem pôr de lado o papel acadêmico e social das instituições universitárias.

Teixeira (2011) informa que os temas destacados a seguir geram vantagens ao nível da competição universitária mundial: mobilidade acadêmica, acreditação e múltipla titulação de graus acadêmicos, modalidades de cooperação e programas de financiamento na investigação científica e transferência de conhecimento no âmbito de parques tecnológicos, incubadoras e empreendedorismo. Assim, observa-se que a universidade precisa ser competitiva para desenvolver seu papel na sociedade.

A avaliação institucional interna (autoavaliação) também é uma ferramenta institucional com caráter pedagógico, que objetiva a busca de melhorias e autorregulação, bem como compreensão da cultura e da vida institucional em sua pluralidade acadêmica e administrativa. Ditos objetivos são amparados na participação dos agentes universitários, por ser um processo social e coletivo de reflexão, produção e socialização dos conhecimentos sobre a IES com indicador da ação transformadora (MABA; MARINHO, 2012).

As dimensões da auto-avaliação institucional seguem, a exemplo da avaliação Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios, Florianópolis, v.10, n. 3, set./dez. 2017.

institucional, as dimensões ditadas pelo SINAES (CUNHA, 2005, p. 205), a saber:

- Missão e plano de desenvolvimento institucional;
- Política de ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão;
- Responsabilidade social da IES;
- Comunicação com a sociedade;
- Políticas de pessoal, de carreira do corpo docente e técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento e condições de trabalho;
- Organização e gestão da instituição;
- Infraestrutura física, envolvendo biblioteca e recursos de informação e comunicação;
- Planejamento e avaliação;
- Políticas de atendimento aos estudantes e egressos; e
- Sustentabilidade financeira.

Boclin (2005) afirma que, entendendo a autoavaliação como o fortalecimento de uma reputação, o abono de uma confiança, inspirado nos resultados efetivos de um desempenho, é preciso que os meios de coleta e a fidedignidade das informações sejam definidos com clareza e que, com o tempo, se tornarão de domínio público e virão a constituir valiosos elementos da educação em todo o país.

A Comissão Própria de Avaliação deve ser formada por representantes dos diversos segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada. Suas atribuições estão estabelecidas na Lei nº 10.861/04, e sua constituição e composição estão estabelecidas na Portaria nº 2051/04, no artigo 7º e § 2º, segundo o qual:

A forma de composição, a duração do mandato de seus membros, a dinâmica de funcionamento e a especificação de atribuições da CPA deverá ser objeto de regulamentação própria, a ser aprovada pelo órgão colegiado máximo de cada instituição de educação superior, observando-se as seguintes diretrizes: I –

necessária participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, discente e técnico administrativo) e de representantes da sociedade civil organizada, ficando vedada à existência de maioria absoluta por parte de qualquer um dos segmentos representados; II – ampla divulgação de sua composição e de todas as suas atividades. (BRASIL, 2004b).

Questões relacionadas à qualidade e, por consequência, à competitividade, são fundamentais no Ensino Superior internacional. A qualidade deve estar no centro da agenda de investigação no Ensino Superior internacional, e o primeiro passo que a agenda deve incluir revisita nossas noções de qualidade como, por exemplo, a avaliação de desempenho que leve à qualidade (BLANCO-RAMÍREZ; BERGER, 2014).

Ao analisarmos o processo de preparação – a formação da CPA –, constatou-se que estas Comissões exercem uma tarefa complexa, pois têm de desenvolver um ambiente propício à implantação da cultura da autoavaliação, enquanto deve *respeitar a identidade institucional*. Desta forma, mesmo possuindo formalmente distintas composições, as CPA estudadas delinearão a mesma lógica de formação e de representação formal. Entendemos que essa lógica contribuiu para a fragilização da participação da comunidade acadêmica no processo de autoavaliação. Por outro lado, gostaríamos de sugerir que é preciso estudar e problematizar o *princípio do respeito à identidade institucional*; a legislação e os documentos, assim como vários autores defensores do SINAES, herdeiros do PAIUB, falam de uma identidade institucional que não sabemos realmente o que é. Se a avaliação é um processo de autoconhecimento, ela é necessariamente transformadora. Portanto, sob o manto e o mito da identidade institucional, pode ser que se deixe de realizar transformações relevantes e necessárias às universidades (SILVA; GOMES, 2011).

Em relação às Comissões Próprias de Avaliação, Lima *et al.* (2013) afirmam que alguns desafios deverão ser pontuados, tais como:

- a) disseminação dos novos conceitos a todos da instituição, de forma qualitativamente organizada, buscando uma visão macro do novo arcabouço conceitual;
- b) comprometimento de todos os níveis da organização no processo de transformação pretendido;
- c) inserção dos conceitos de visão sistêmica e perspectiva de longo prazo no modelo de gestão atual;

d) introdução efetiva e alinhamento dos níveis organizacionais, isto é, identificação, diferenciação e integração dos níveis estratégico, tático e operacional no *modus operandi* da instituição;

e) desdobramento do plano estratégico nos níveis tático e operacional, mantendo o alinhamento, a coerência e a consistência das iniciativas nos diversos níveis, assim como seus respectivos objetivos;

f) promoção, de forma sistemática, desta nova configuração que se pretende construir;

g) tornar perceptível à sociedade, ao governo e a outros agentes envolvidos, o processo evolutivo instaurado na instituição, tornando-os, dentro do possível, coautores e partícipes de tal processo transformador.

Santos, Travassos e Caribé (2016) afirmam que a falta de autonomia das CPA torna o processo de autoavaliação meramente burocrático, fazendo com que não exista contribuição em identificação das melhorias necessárias na instituição e pensamento similar aos dos demais dirigentes.

Em contrapartida, Meyer Junior, Pascucci e Andriguetto Junior (2017) afirmam que planejamentos estratégicos que se baseiam na racionalidade instrumental, definição de objetivos, tomada de decisão lógica, controles rígidos e sistematizados, avaliações baseadas em indicadores de desempenho e abordagens *top down* não produzem resultados satisfatórios em organizações complexas, pluralistas, profissionais e não lineares como universidades.

3 METODOLOGIA

A primeira etapa metodológica deste artigo consiste na pesquisa exploratória de cunho bibliográfico. Para realizá-la, outras duas subetapas foram criadas: pesquisas em periódicos nacionais e internacionais. Conforme Vergara (1998), a pesquisa bibliográfica é um estudo sistematizado, desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, meios eletrônicos e jornais. Fornece instrumental analítico para a pesquisa.

A pesquisa foi realizada com palavras-chave presentes no resumo, usando os seguintes termos: avaliação de desempenho e/ou gestão universitária e/ou avaliação institucional. Esta busca inicial resultou em 275 materiais para leitura. Na etapa seguinte do processo foi feita a leitura dos 275 títulos e resumos, para excluir trabalhos que não estavam alinhados ao tema desta pesquisa, ou seja, que não abordavam as questões referentes à temática. Com a exclusão de artigos pelo título e resumo, a amostra resultou em 104 materiais.

A estratégia inicial foi de realizar a busca nos resumos de periódicos científicos através das palavras "*Higher education*", "*Performance measurement*", "*Performance management*", "*Success factors*". A busca resultou em 442 artigos que abordavam diversas temáticas com estas palavras-chave. O mesmo procedimento de seleção de artigos realizado na etapa nacional foi feito nesta. Após a leitura do título e resumo dos artigos, resultou uma amostra final para leitura integral de 87 artigos.

Após a análise dos dados coletados nos artigos sobre avaliação de desempenho em Instituições de Ensino Superior, foi esboçado um modelo teórico preliminar, contendo os indicadores que constavam nestes modelos encontrados na literatura.

O modelo preliminar buscou enquadrar todos os indicadores possíveis encontrados em todos os outros modelos pesquisados. Todos os indicadores foram analisados individualmente e uma triagem foi feita para proceder às exclusões por repetição. A partir desta depuração, o modelo preliminar foi composto por 106 indicadores, que foram utilizados nas etapas seguintes desta pesquisa.

A aplicação do questionário ocorreu por meio da estratégia de pesquisa, ou seja, foi realizada através do procedimento de levantamento ou *survey*. Segundo Gil (1999, p. 70), as pesquisas de levantamento: "[...] se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer [...] procede-se a solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca de um problema estudado para em seguida, mediante análise quantitativa, obter conclusões correspondentes aos dados coletados".

O questionário apresenta os cento e seis indicadores apontados na fundamentação teórica estudada, onde os respondentes atribuíram notas entre zero e cinco, sendo zero

referente ao *não se aplica*; as notas um e dois, indicadores não representativos; três, um indicador mediano; e quatro e cinco significando indicadores representativos da realidade.

O questionário foi aplicado por meio eletrônico com o auxílio da ferramenta Google drive. Para a validação do questionário foi utilizado a técnica de alfa de *Cronbach*. Com esta técnica é possível estimar a confiabilidade do questionário aplicado em uma pesquisa. O alfa de *Cronbach* mede a correlação das respostas por meio da análise das respostas dadas, apresentando uma correlação média entre as perguntas. A correlação superior a 0,8 (zero vírgula oito) significa que o questionário é confiável. O coeficiente alfa é calculado a partir da variância dos itens individuais e da variância da soma dos itens de cada avaliador de todos os itens de um questionário que utilizem a mesma escala de medição (HORA; MONTEIRO; ARICA, 2010).

$$\alpha = K / (K-1) \times (1 - \sum Vi/Vt) \quad (1)$$

Onde :

A = alfa de Cronbach

K = número de itens

Vi = variância de cada item

Vt = variância total

$$\alpha = 106 / (106-1) \times (1 - 134,68 / 4.255,55) = 0,977$$

O público-alvo desta primeira parte da pesquisa foi composto por dirigentes e integrantes da CPA. Eles podem contribuir com informações relevantes sobre a avaliação de desempenho da instituição.

A partir do cálculo para amostra de Barbetta (2007), para nível de confiança de 95% e erro amostral de 8%, a meta amostral desta etapa da tese foi de 123 respondentes. A coleta de dados ocorreu por meio eletrônico, entre novembro de 2014 e fevereiro de 2015.

Após a coleta dos dados feita por meio do questionário contendo 106 indicadores, partiu-se para testar estatisticamente a hipótese desta pesquisa:

H0 = A percepção de dirigentes e de integrantes das CPA acerca dos indicadores da avaliação institucional são iguais.

H1 = A percepção de dirigentes e de integrantes das CPA acerca dos indicadores da avaliação institucional são diferentes.

Para testar estas duas hipóteses, a técnica estatística denominada *Teste T* para grupos independentes foi utilizada. Estes testes se aplicam a planos amostrais onde se deseja comparar dois grupos independentes. No caso desta tese, os grupos foram formados por indivíduos da mesma população, que foram alocados a um dos dois tratamentos em estudo. Diferente do caso de dados pareados, este teste não exige que as amostras tenham o mesmo tamanho (BARBETTA, 2007).

Uma das suposições do teste t é de que as variâncias dos dois grupos são iguais. Assim, testou-se esta hipótese antes, por meio do teste de Levene. Posteriormente, a partir do resultado do teste, escolhe-se o resultado do teste t supondo variâncias iguais ou supondo variâncias diferentes. Quando as suposições paramétricas são atendidas, o teste t de Student para amostras independentes é mais adequado para comparação das médias dos grupos.

Para rejeitar ou aceitar as hipóteses, foi utilizado o *p-value* (valor de p) como referência de comparação estatística. O valor de p é a probabilidade, quando H0 é verdadeira, de observar uma amostra tão ou mais diferente/rara (na direção de HA) do que a amostra que temos (não é uma suposição de risco). O valor de p simplesmente descreve a *raridade* da amostra disponível. Desta forma, se $p \leq \alpha$, a amostra é suficientemente rara para rejeitar H0 (BARBETTA, 2007).

Foi utilizado o software Excel para efetuar os cálculos de diferença de médias (teste t para grupos independentes) e, assim, testar a validade das duas hipóteses. Assim, se $\alpha < p$ -value, aceitamos a hipótese H0.

4 RESULTADOS

No relatório disponível no e-MEC, são apresentados 7.589 representantes cadastrados. Neste item elaborou-se a análise do perfil dos representantes das IES. Neste Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios, Florianópolis, v.10, n. 3, set./dez. 2017.

perfil fez-se a análise dos cargos dos representantes e, para isto, foi utilizado o Nvivo, *software* para análise de conteúdo.

Para analisar os 7.589 representantes cadastrados foram utilizados os princípios da análise de conteúdo. Nesta etapa foram utilizados procedimentos como a codificação aberta, a codificação axial e a codificação seletiva. Assim, verificou-se quais são os principais cargos cadastrados pelas IES como representante da instituição junto ao Ministério da Educação, no que se refere à avaliação institucional.

O primeiro passo foi a codificação aberta, onde se identificaram os cargos exercidos pelos representantes das IES. Foram encontradas cento noventa e cinco denominações distintas de cargos.

Na codificação axial agruparam-se os cargos de acordo com sua semelhança operacional. Foram agrupados os cargos de acordo com suas finalidades em relação às atividades desenvolvidas. Assim, emergiram dos dados sete categorias. A primeira relacionada à mantenedora da instituição, bem como seu conselho superior. A segunda relacionada à alta administração da instituição, tal como reitores, pró-reitores, presidentes, sócios, etc. A terceira, a direção de centros, de campus, etc. A quarta categoria relacionava-se à coordenação de áreas de apoio à gestão, tais como área administrativa, financeira, recursos humanos, marketing, etc. A quinta categoria dizia respeito ao apoio pedagógico, acadêmico, de pesquisa e extensão. A sexta categoria estava relacionada às atividades inerentes a cursos, como coordenação de curso, de estágio. A sétima, concernente a integrantes da CPA.

Na codificação seletiva atinge-se a categorização final e apresenta-se o agrupamento definitivo. Assim, identificaram-se sete agrupamentos de cargos, denominados categorias, a saber: Mantenedora; Reitoria; Direção; Coordenação; Pedagógico; Curso e CPA.

A seguir figura a distribuição do número de cargos existentes no relatório, de acordo com o agrupamento encontrado na codificação seletiva.

Quadro 1 - Codificação seletiva dos cargos

Funções	Número de Funcionários
Mantenedora	60

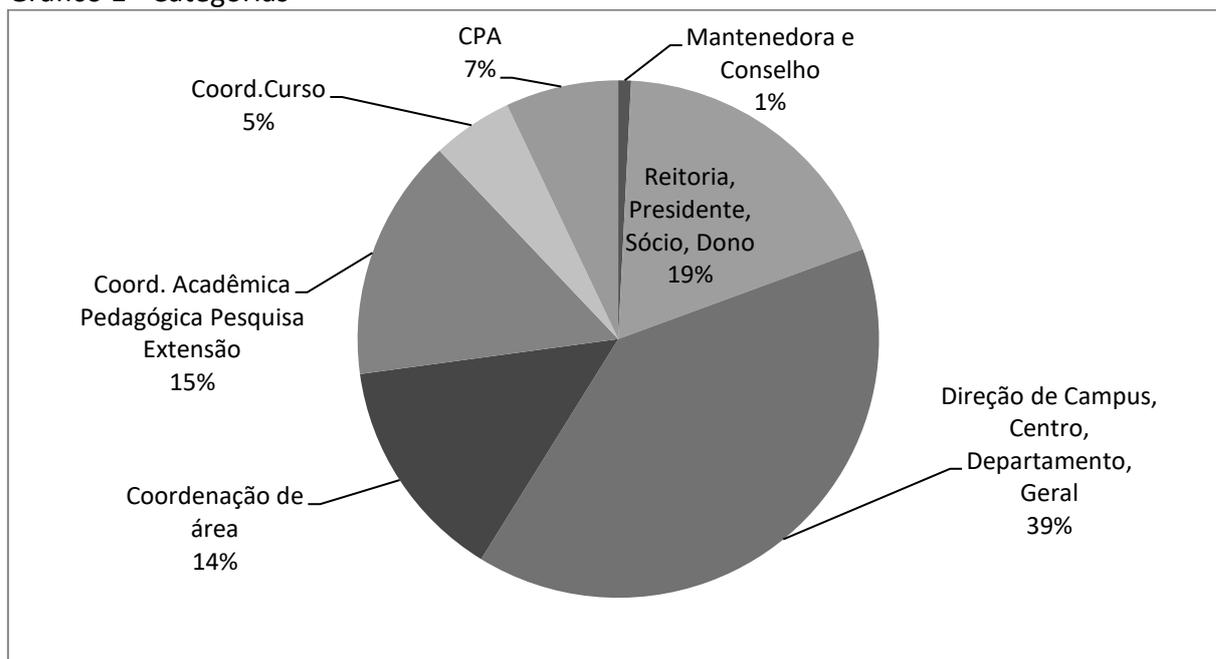
Reitoria	1409
Direção	2994
Coordenação	1064
Pedagógico	1149
Curso	381
CPA	532
Total	7589

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Observa-se que a maior concentração de funções cadastradas no e-MEC pelas instituições enquadraram-se em cargos de diretoria; posteriormente, de reitoria; e, na sequência, de coordenação pedagógica. É importante ressaltar que cada instituição pode cadastrar mais de um representante no e-MEC.

Na sequência é apresentado um gráfico com os valores relativos a cada uma das sete categorias que emergiram dos dados.

Gráfico 1 - Categorias



Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

O que se destaca, em um primeiro momento, é a baixa representatividade dos representantes da CPA como representante da instituição no e-MEC, tendo em vista que estes são os representantes das IES, no que tange à avaliação institucional. Fato este que pode ser parcialmente explicado pelo menor tempo em que uma comissão tem de mandato, do que um representante maior da instituição, ou simplesmente pelo fato de que a IES

Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios, Florianópolis, v.10, n. 3, set./dez. 2017.

considera menos relevante a CPA do que as direções e reitorias para tratarem do assunto junto ao Ministério da Educação.

Também se procedeu à análise dos 124 respondentes do questionário, conforme a seguir.

Agrupou-se o perfil dos respondentes de acordo com três categorias principais, que nortearam os testes estatísticos e que estão apresentados nas próximas seções, a saber: se era dirigente ou pertencia à CPA; se pertencia a uma IES pública, privada ou comunitária; se trabalhava em Universidade, Centro Universitário ou Faculdade.

Quadro 2 - Perfil respondente: pertence à CPA

	Respondentes	Percentual
Dirigentes	57	46%
CPA	67	54%
Total	124	100%

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

A seguir são apresentados os cálculos dos testes estatísticos e suas considerações. Assim, analisou-se a diferença de percepção acerca da avaliação de desempenho institucional sob o ponto de vista de gestores e integrantes de CPA. Verificou-se, estatisticamente se, nas IES, os gestores valoram, de forma distinta, os indicadores de desempenho, se comparados aos integrantes das CPA.

Temos, portanto, como hipótese a ser testada:

H_0 = A percepção de dirigentes e de integrantes das CPA acerca dos indicadores da avaliação institucional são iguais.

H_1 = A percepção de dirigentes e de integrantes das CPA acerca dos indicadores da avaliação institucional são diferentes.

Para rejeitar ou aceitar as hipóteses, foi utilizado o *p-value*. Quando se tem $p \leq \alpha$, a amostra é suficientemente rara para rejeitar H_0 .

No quadro constante no apêndice têm-se expressas cinco colunas. Na primeira estão os indicadores constantes no questionário aplicado ao público alvo. Na segunda figura o valor calculado de *p* para testar H_0 . Na terceira coluna apresenta-se o valor de alfa, que

serve de parâmetro de comparação para testar H_0 . Na quarta coluna está descrito se existe diferença estatística entre as respostas de dirigentes e integrantes de CPA. Na quinta coluna está escrita a origem do indicador testado.

Apenas três indicadores possuem diferença na percepção dos dirigentes e integrantes das CPA: Índice de satisfação dos professores, Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem, e Número de alunos relativos. Nestes três (2,9%) indicadores rejeitou-se H_0 , evidenciando a diferença estatística de médias.

Destaca-se, também, que oito indicadores apresentaram p entre 0,051 e 0,099, ficando dentro da análise unicaudal, a saber: Tecnologia, Número de alunos, Padronização das informações e dos sistemas, Salas de aula, Integração com as redes públicas de ensino, Qualidade, Laboratórios didáticos especializados: serviços, e Experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica do (a) coordenador (a). Assim, se a H_0 fosse que os integrantes da CPA dão menos importância para o indicador, estes indicadores também apresentariam diferença na média.

Existem 39 indicadores onde p calculado no teste t apresenta maior proximidade de alfa em testes realizados na diferença de valoração dos dirigentes e CPA do que em IES públicas e privadas, a saber: Custos anuais por aluno, Investimento no suporte de TI aos alunos, Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos, Controle da Produção, Instalações físicas, Organização e Cultura, Qualidade, Saúde e Segurança, Tecnologia, Padronização das informações e dos sistemas, Salas de aula, Tempo de Ciclo, Objetivos do curso, Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso, Utilização de tecnologias de informação e comunicação no processo ensino-aprendizagem, Estrutura curricular, Conteúdos curriculares, Metodologia das atividades pedagógicas, Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem, Atuação do Núcleo Docente Estruturante, Núcleo de apoio pedagógico e experiência docente, Disponibilidade da Bibliografia básica, Acesso dos alunos a equipamentos de informática, Número de alunos, Apoio ao discente, Satisfação dos alunos, Retenção de alunos, Índice de satisfação dos professores, Sala de professores, Regime de trabalho do (a) coordenador (a) do curso, Experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica do (a) coordenador (a), Carga horária de coordenação de curso, Experiência profissional do corpo docente,

Experiência no exercício da docência na Educação Básica, Experiência de magistério superior do corpo docente, Número de alunos relativos, Material didático institucional, Sistema de controle de produção e distribuição de material didático, Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades básicas.

Apesar de não existir diferença de médias entre os indicadores, existe uma dispersão maior nestas respostas, o que indica uma diferença maior na percepção destes indicadores entre os dirigentes e integrantes da CPA do que entre IES públicas e privadas.

Foi testada, também, a diferença de média entre os integrantes de CPA e dirigentes, considerando apenas as IES privadas e, posteriormente, apenas as IES públicas. No âmbito das instituições privadas, em apenas um indicador foi possível identificar diferença de médias. No indicador de índice de satisfação dos professores foi possível rejeitar H₀. No tocante às instituições públicas, a quantidade de indicadores onde houve divergências na percepção de relevância foi maior, houve cinco indicadores com diferença de média, a saber: Qualidade, Padronização dos Sistemas de Informação, Disponibilidade de Bibliografia Complementar, Sala dos Professores, Número de Alunos Relativos. Embora em número maior do que em instituições privadas, estes cinco indicadores são pequenos, se considerar o volume total de indicadores analisados.

A CPA é autônoma, e as próprias IES determinam o estatuto que regulamenta a composição, funcionamento e atribuições, garantindo a participação da comunidade acadêmica e a divulgação dos resultados. Analisando os dados anteriormente apresentados, que indicam a similaridade de pensamento, observa-se percepção conciliada com Silva e Gomes (2011), indicando que tanto as CPA e o SINAES não conseguem instituir a prática da avaliação sistêmica baseada no paradigma subjetivista e emancipatório, além de crescentemente distanciar-se de seus princípios e proposições.

Os resultados da pesquisa que indicam falta de diferença na percepção das CPA e demais dirigentes indicam um problema de gestão já destaque por Santo, Travassos e Caribé (2016), que afirmam que a falta de autonomia das CPA torna o processo de autoavaliação meramente burocrático, fazendo com que não exista contribuição em identificação das melhorias necessárias na instituição e pensamento similar aos dos demais dirigentes.

A pesquisa realizada junto ao público-alvo deste estudo mostra um pensamento similar entre os gestores e membros da CPA, o que pode gerar problemas, como identifica Carvalhães *et al.* (2016), que é preciso ter uma análise crítica sobre os papéis e posições assumidos por ambos os grupos na organização institucional.

Analisando o trabalho da CPA com relação à operacionalização da autoavaliação, Silva (2016) encontrou casos em que os gestores não apresentam interesse em dialogar com as CPA. Uma das causas deste comportamento pode ser a falta de diferença na percepção dos dirigentes e integrantes das CPA, evidenciada nesta pesquisa pela existência de três indicadores.

5 CONCLUSÕES

O objetivo desta pesquisa consiste em *comparar a percepção de dirigentes e integrantes das CPAs acerca dos indicadores da avaliação institucional*. Assim, após a coleta dos dados feita por meio do questionário contendo 106 indicadores, testou-se a diferença de percepção entre os gestores das IES e os integrantes das CPA, quanto ao que deve ser avaliado em uma instituição de ensino, ou seja, sobre os indicadores de desempenho. Assim, a H0 consistia em *A percepção de dirigentes e de integrantes das CPA acerca dos indicadores da avaliação institucional são iguais*; e a H1, *A percepção de dirigentes e de integrantes das CPA acerca dos indicadores da avaliação institucional são diferentes*. Em apenas três indicadores existiu diferença na percepção dos dirigentes e integrantes das CPA: Índice de satisfação dos professores, Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem, e Número de alunos relativos. Nestes três (2,9%) indicadores rejeitou-se H0, evidenciando diferença estatística de médias. Destaca-se, também, que oito indicadores apresentaram p entre 0,051 e 0,099, ficando dentro da análise unicaudal: Tecnologia, Número de alunos, Padronização das informações e dos sistemas, Salas de aula, Integração com as redes públicas de ensino, Qualidade, Laboratórios didáticos especializados: serviços, e Experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica do (a) coordenador (a). Assim, se a H0 fosse que os integrantes da CPA dão menos importância para o indicador, estes indicadores também apresentariam diferença na média.

Entende-se que o processo de autoavaliação encontra-se restrito às CPA e à administração superior das IES, tanto no que diz respeito à concepção do projeto, quanto à Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios, Florianópolis, v.10, n. 3, set./dez. 2017.

definição de instrumentos, métodos de coleta de dados e utilização de resultados. Assim, dos cento e seis indicadores estudados, três possuíram diferença estatística na percepção dos entrevistados. Isto identifica uma forma similar de pensar a avaliação institucional entre os dirigentes e integrantes de comissão própria de avaliação.

Como conclusão, destaca-se a necessidade de uma discussão acerca dos papéis e posições assumidos por ambos os grupos na organização institucional.

Os resultados deste estudo auxiliam na compreensão da autoavaliação em IES e apresenta resultados congruentes a outros autores, tais como Augusto e Balzan (2007), Silva e Gomes (2011), Santo, Travassos e Caribé (2016), Carvalhães *et al.* (2016) e Silva (2016). Espera-se que os resultados deste artigo sirvam como ponto inicial para o desenvolvimento de outras pesquisas. Por fim, acredita-se que, com o aprofundamento dos estudos, será possível retroalimentar o processo de desenvolvimento científico, provendo os gestores de novas formas de administrar na dinâmica da sociedade atual.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, J. M.; CRUBELLATE, J. M.; MEYER JUNIOR, V. Estratégias em universidades: uma análise comparativa sob a perspectiva institucional. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, Florianópolis, p. 190-212, fev. 2017.

AUGUSTO, R.; BALZAN, N. C. A vez e a voz dos coordenadores das CPA's das IES de Campinas que integram o SINAES. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 12, n. 4, p. 597-22, dez. 2007.

AZEVEDO J. M. Avaliação das escolas: fundamentar modelos e operacionalizar processos. In: SEMINÁRIO AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS: modelos e processos, 2007, Lisboa. **Actas...** Lisboa: Conselho Nacional de Educação, 2007.

BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. Florianópolis: UFSC, 2007.

BLANCO-RAMÍREZ, G.; BERGER, J. B.. Rankings, accreditation, and the international quest for quality. **Quality Assurance in Education**, V. 22, n 1, pp.88-104, 2014.

BOCLIN, R.. Uso de indicadores de desempenho na avaliação institucional. **Avaliação (Campinas)**, vol.10, no.01, p.121-132, 2005.

BRASIL. **Sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES): da concepção à regulamentação**. 2014b. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/catalogo_dinamico/provao/2004/sinaes.pdf>. Acesso em: 24 de nov. 2004.

CARVALHAES, J. F. A., CUNHA, D. A., CUNHA, A. B. L. D., NAVES, C. R.; SILVA, R. D. A incorporação dos resultados da autoavaliação institucional ao processo de gestão da qualidade: uma oportunidade de melhoria da avaliação interna. **XVI Colóquio Internacional de Gestão Universitária**, Arequipa, Perú. Nov, 2016.

CUNHA, M. I. da (Org.). **Formatos avaliativos e concepção de docência**. Campinas: Autores Associados, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo. Atlas, 1999.

HORA, H. R. M. da; MONTEIRO, G. T. R.; ARICA, J.. Confiabilidade em Questionários para Qualidade: Um Estudo com o Coeficiente Alfa de Cronbach. **Produto & Produção**, vol. 11, n. 2, p. 85 - 103, jun. 2010.

LIMA, M. A., SOARES, T. C., LIMA. M. V. A., LIMA, C. R. M. Autoavaliação de instituições de educação superior: exame de dificuldades organizacionais e gerenciais. **Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID)**, 10, Julio, p. 21-42, 2013.

MABA, E G; MARINHO, S V. A autoavaliação institucional no processo de tomada de decisão em IES: Estudo de caso das Faculdades SENAC/SC. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 17, n. 2, p. 455-480, jul. 2012.

MELO, P. A. de. A **Cooperação Universidade/Empresa nas universidades públicas brasileiras**, Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

MEYER JUNIOR, V.; PASCUCI, L.; ANDRIGUETTO JUNIOR, H.. Estratégias acadêmicas: conflictos en la gestión de un sistema complejo. **Espacios**, V.38, n.04, p.22, 2017.

MOROSINI, M. C. Qualidade da educação universitária: isomorfismo, diversidade e equidade. **Interface (Botucatu)**. Botucatu , v. 5, n. 9, ago. 2001 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832001000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 mar. 2014.

NUERNBERG, E.G.; ENSSLIN, S.R.; CARDOSO, T.L.; VALMORBIDA, S.M.I. Gestão Universitária: identificação e análise dos indicadores utilizados na literatura. **Conextus**. V.14, n.3, set/dez 2016.

POLIDORI, M. M.; MARINHO-ARAUJO, C. M. M.; BARREYRO, G. B. SINAES: Perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. **Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas Educacionais**. Rio de Janeiro, v.14, n.53, p. 425-436, out./dez. 2006.

RIBEIRO, J. L. L. S. Avaliação das universidades brasileiras as possibilidades de avaliar e as dificuldades de ser avaliado. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 1, p. 57-71, mar. 2011.

SÁ, V. **A participação dos pais na escola pública portuguesa**: uma abordagem sociológica e organizacional. Braga: Universidade do Minho, 2009.

SANTO, E do E; TRAVASSOS, X L; CARIBÉ, S O. Análise do nível de implantação do processo de autoavaliação nas faculdades privadas de Salvador, Bahia. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 21, n. 1, p. 153-172, mar. 2016

SILVA, A L. Embates paradigmáticos: discutindo o avalies/sinaes. **XI Anped**, Rio de Janeiro, 2016.

SILVA, A L; GOMES, A M. Avaliação institucional no contexto do sinaes: a cpa em questão. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 3, p. 573-601, nov. 2011.

SOARES, T.C.; MAZON, G. Autoavaliação e seus Drivers de Mudança Institucional Baseado na Capacidade Absortiva. **Revista Ibero-Americana de Estratégia – RIAE**, V. 15, N. 4. Out/Dez. 2016

TEIXEIRA, J. S.. Novas formas de cooperação: Espaços de Convergência nos Países Lusófonos. **XXI Encontro da AULP**, Bragança – POR, 2011.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1998.

Apêndice - Diferença estatística entre as médias entre dirigentes e integrantes de CPAs

Quadro - Diferença de médias entre dirigentes e integrantes de CPA

Indicador	Existência de diferença entre dirigente e integrante de CPA			
	p(T<=t) bi-caudal	alfa	Estatisticamente é comprovada a Diferença de Média? (p(T<=t) < a)	Indicadores com Origem nas Empresas? (não oriundo do MEC)
QUESTIONÁRIO INSTITUCIONAL				
Receita operacional líquida	0,661013	0,05	Não	Sim
Receita por disciplina	0,900997	0,05	Não	Sim
Margem de Lucro	0,96357	0,05	Não	Sim
Índice de Despesas administrativas	0,324022	0,05	Não	Sim
Índice de Despesas administrativas por professor	0,386088	0,05	Não	Sim
Custos anuais por aluno	0,138314	0,05	Não	Sim
Custos diretos por aluno	0,682733	0,05	Não	Sim
Despesas com o desenvolvimento de competências por professor	0,528454	0,05	Não	Sim
Investimentos	0,660146	0,05	Não	Sim
Investimento em TI	0,294468	0,05	Não	Sim
Investimento no suporte de TI aos alunos	0,301824	0,05	Não	Sim
Investimento no treinamento de alunos	0,376721	0,05	Não	Sim
Sustentabilidade financeira	0,292456	0,05	Não	Sim
Ponto de equilíbrio	0,866057	0,05	Não	Sim
Índice de inadimplência	0,471433	0,05	Não	Sim
Meta de qualidade corporativa	0,451356	0,05	Não	Sim
Desempenho corporativo dividido pela meta de qualidade	0,844594	0,05	Não	Sim
Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos	0,452712	0,05	Não	Avaliação MEC
Existência de Protocolos de experimentos	0,477109	0,05	Não	Avaliação MEC
Existência de Comitê de ética em pesquisa	0,954814	0,05	Não	Avaliação MEC
Controle da Produção	0,710516	0,05	Não	Sim
Desempenho Operacional	0,817259	0,05	Não	Sim
Desenvolvimento de Novos Produtos	0,920819	0,05	Não	Sim
Instalações físicas	0,229913	0,05	Não	Sim
Gestão Ambiental	0,611802	0,05	Não	Sim
Organização e Cultura	0,368778	0,05	Não	Sim
Planejamento da Produção	0,939954	0,05	Não	Sim
Programação da Produção	0,700459	0,05	Não	Sim
Qualidade	0,084556	0,05	Não	Sim
Saúde e Segurança	0,243831	0,05	Não	Sim
Tecnologia	0,050881	0,05	Não	Sim
Padronização das informações e dos sistemas	0,055575	0,05	Não	Sim
Plano de carreira docente	0,702775	0,05	Não	Sim
Participação no mercado interno (%)	0,578956	0,05	Não	Sim
Contexto educacional	0,382728	0,05	Não	Avaliação MEC
Integração com as redes públicas de	0,069058	0,05	Não	Avaliação MEC

ensino				
Prospecção de novos alunos	0,429600	0,05	Não	Sim
QUESTIONÁRIO CURSO				
Despesas diretas do curso dividido por despesas administrativas	0,651862	0,05	Não	Sim
Número de turmas	0,250683	0,05	Não	Sim
Salas de aula	0,068923	0,05	Não	Avaliação MEC
Tempo de Ciclo	0,632617	0,05	Não	Sim
Políticas institucionais no âmbito do curso	0,441072	0,05	Não	Avaliação MEC
Objetivos do curso	0,304925	0,05	Não	Avaliação MEC
Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso	0,401973	0,05	Não	Avaliação MEC
Utilização de tecnologias de informação e comunicação no processo ensino-aprendizagem	0,554793	0,05	Não	Avaliação MEC
Estrutura curricular	0,351062	0,05	Não	Avaliação MEC
Conteúdos curriculares	0,222353	0,05	Não	Avaliação MEC
Metodologia das atividades pedagógicas	0,110022	0,05	Não	Avaliação MEC
Estágio curricular supervisionado regulamentado	0,57948	0,05	Não	Avaliação MEC
Atividades complementares regulamentadas	0,422252	0,05	Não	Avaliação MEC
Trabalho de conclusão de curso (TCC) regulamentado	0,997273	0,05	Não	Avaliação MEC
Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	0,016167	0,05	Sim	Avaliação MEC
Atuação do Núcleo Docente Estruturante	0,205304	0,05	Não	Avaliação MEC
Número de alunos por professor	0,135121	0,05	Não	Sim
Funcionamento do colegiado de curso ou equivalente	0,559255	0,05	Não	Avaliação MEC
Núcleo de apoio pedagógico e experiência docente	0,143919	0,05	Não	Avaliação MEC
Disponibilidade da Bibliografia básica	0,302945	0,05	Não	Avaliação MEC
Acesso à Bibliografia complementar	0,307589	0,05	Não	Avaliação MEC
Acesso a Periódicos especializados	0,876536	0,05	Não	Avaliação MEC
Laboratórios didáticos especializados	0,470856	0,05	Não	Avaliação MEC
Laboratórios didáticos especializados: serviços	0,086057	0,05	Não	Avaliação MEC
Qualificação continuada dos professores	0,718307	0,05	Não	Sim
Acesso dos alunos a equipamentos de informática	0,984114	0,05	Não	Avaliação MEC
Perfil profissional do egresso	0,730649	0,05	Não	Avaliação MEC
Número de alunos	0,054122	0,05	Não	Sim
Número de clientes internos	0,185433	0,05	Não	Sim
Número de alunos com desconto na mensalidade	0,196092	0,05	Não	Sim
Índice de alunos com desconto	0,212005	0,05	Não	Sim
Apoio ao discente	0,134437	0,05	Não	Avaliação MEC
Satisfação dos alunos	0,181525	0,05	Não	Sim
Retenção de alunos	0,551632	0,05	Não	Sim

Índice de satisfação dos professores	0,004486	0,05	Sim	Sim
Número de professores	0,695966	0,05	Não	Sim
Rotatividade dos professores	0,198476	0,05	Não	Sim
Número médio de anos de serviços com a universidade	0,229594	0,05	Não	Sim
Número de vagas correspondente ao número de docentes	0,158527	0,05	Não	Sim
Gabinetes de trabalho para professores Tempo Integral – TI	0,727755	0,05	Não	Avaliação MEC
Sala de professores	0,21138	0,05	Não	Avaliação MEC
Atuação do (a) coordenador (a)	0,656399	0,05	Não	Avaliação MEC
Regime de trabalho do (a) coordenador (a) do curso	0,141019	0,05	Não	Avaliação MEC
Experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica do (a) coordenador (a)	0,096704	0,05	Não	Avaliação MEC
Carga horária de coordenação de curso	0,329547	0,05	Não	Avaliação MEC
Titulação do corpo docente do curso	0,303421	0,05	Não	Avaliação MEC
Titulação do corpo docente do curso – percentual de doutores	0,224364	0,05	Não	Avaliação MEC
Regime de trabalho do corpo docente do curso	0,636104	0,05	Não	Avaliação MEC
Experiência profissional do corpo docente	0,270238	0,05	Não	Avaliação MEC
Experiência no exercício da docência na Educação Básica	0,327900	0,05	Não	Avaliação MEC
Experiência de magistério superior do corpo docente	0,261266	0,05	Não	Avaliação MEC
Produção científica, cultural, artística ou tecnológica	0,123194	0,05	Não	Avaliação MEC
Número de alunos relativos	0,029314	0,05	Sim	Sim
QUESTIONÁRIO EAD				
Material didático institucional	0,114701	0,05	Não	Sim
Sistema de controle de produção e distribuição de material didático	0,596264	0,05	Não	Sim
Atividades de tutoria implantadas	0,478998	0,05	Não	Avaliação MEC
Mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes	0,843457	0,05	Não	Avaliação MEC
Titulação e formação do corpo de tutores do curso	0,290254	0,05	Não	Avaliação MEC
Experiência do corpo de tutores em educação a distância	0,220021	0,05	Não	Avaliação MEC
Relação docentes e tutores – presenciais e a distância – por estudante	0,139167	0,05	Não	Avaliação MEC
QUESTIONÁRIO ÁREA DA SAÚDE				
Existência de Biotérios	0,531353	0,05	Não	Avaliação MEC
Unidades hospitalares de ensino e complexo assistencial	0,291499	0,05	Não	Avaliação MEC
Responsabilidade docente pela supervisão da assistência médica	0,831809	0,05	Não	Avaliação MEC
Integração com o sistema local e regional de saúde e o SUS	0,749124	0,05	Não	Avaliação MEC
Existência de Laboratórios de ensino	0,734192	0,05	Não	Avaliação MEC

Existência de Laboratórios de habilidades	0,627342	0,05	Não	Avaliação MEC
Sistema de referência e contrarreferência	0,504498	0,05	Não	Avaliação MEC
QUESTIONÁRIO DIREITO				
Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades básicas	0,789646	0,05	Não	Avaliação MEC
Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades de arbitragem, negociação e mediação	0,912583	0,05	Não	Avaliação MEC

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).